

## **A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA NO PÓS-GUERRA FRIA: ESTRATÉGIAS E OS REFLEXOS DO SOFT POWER NA POLÍTICA MUNDIAL.**

Bueno, Elen de Paula, Marcos Cordeiro Pires. – Inter-áreas – Humanas – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Com a ascensão de Deng Xiaoping na década de 70, ocorreram significativas mudanças estruturais no *modus operandi* da política chinesa. Se antes, a ideologia era um fator determinante na elaboração da agenda externa governamental, o pragmatismo introduzido por Xiaoping também afetou substancialmente as relações exteriores chinesas, que passou a ser delineada segundo os preceitos da *raison d'État*.

Nesse sentido, as reformas propostas no *Programa das Quatro Grandes Modernizações* – indústria, defesa, agricultura, ciência e tecnologia – modificaram a estrutura interna e influenciaram sobremaneira a própria forma da China relacionar-se com os demais atores do Sistema Internacional. As grandes transformações econômicas ocorridas no interior da sociedade chinesa transcenderam a esfera doméstica e contribuíram para uma nova inserção da China na economia mundial. O Projeto Nacional desenvolvido pelos adeptos de Xiaoping resultou em um crescimento sustentado que perdura até os dias atuais. Um dos fatores econômicos que respaldam tal afirmação consiste na própria observação do comportamento do Produto Interno Bruto chinês: após crescimentos sucessivos da ordem de 9% ao ano, alcançou o quarto lugar no ranking mundial (atrás apenas dos EUA, Japão e Alemanha) e o segundo no ranking do PIB calculado segundo o Poder de Paridade de Compra (PPC), estimado em torno de 9,4 trilhões de dólares.

Em decorrência das modificações estruturais acima observadas, a política externa chinesa tinha de ser orientada segundo as demandas econômicas que a nova posição assumida pelo país exigia. No XIV Congresso do Partido Comunista Chinês realizado em 1992 foi anunciado o caráter de “uma economia socialista de mercado com características peculiares da China”. Cinco anos mais tarde, durante o XV Congresso, o partido anunciou um amplo programa de privatizações de empresas estatais, introduzindo a lógica da abertura econômica através de uma ação planejada concebida pelo Estado.

Desde então, o governo chinês passou a defender a promoção de um ambiente internacional estável, adotando a lógica da “diplomacia do *status quo*”. Esta última, não obstante, sob influências significativas do setor econômico e financeiro, também possui profundas motivações políticas, visando a segurança no âmbito externo.

Durante a vigência da Guerra Fria, o papel assumido pela China nas relações internacionais – ainda que importante – possuía um caráter apenas secundário, diante do conflito ideológico, político e cultural travado pelas duas grandes potências da época. Contudo, com o advento da chamada “nova ordem mundial”, a importância desse ator transcendeu apenas o cenário do leste asiático, sendo crucial na tomada de decisões a nível global. A influência do *soft power* chinês, cada vez mais perceptível no Ocidente, aliada a uma maior presença de empresas privadas e estatais nos quatro cantos do globo são elementos materiais significativos para a compreensão da real significância desse ator na formulação da ordem internacional.

A política externa atual da China reflete um ideal de prosperidade que contribui para uma relação mais harmoniosa com os países da Ásia, em particular, os países do Sudeste Asiático. Ademais, as relações com esses países desde a Antiguidade favorecem um ambiente moldado em interesses recíprocos que, embora tenha passado por momentos de desconfiança, possibilita cada vez mais uma influência tanto política quanto econômica nesta região. Mesmo países próximos ao continente, como a Austrália e Rússia, têm sofrido a forte presença da China. No caso da última, as relações diplomáticas que tomaram impulso a partir de década de 80, passaram a representar para China um novo parceiro estratégico. A cooperação econômica entre ambos travada no início do século XXI tem sido pautada também pelos acordos de cooperação energética e tecnológica. Além disso, unem-se as missões espaciais - como o planejamento da missão conjunta em Marte em 2009 para lançamento de seus satélites – e a criação da Organização de Xangai, que em conjunto com o Cazaquistão, Kirguistão, Tadquistão e Usbequistão, representou um conjunto de interesses de ambos em manter a influência na região, já que no mesmo ano os Estados Unidos invadiram o Afeganistão.

A constante presença da economia chinesa na região culminou até mesmo em uma relação mais harmoniosa com Taiwan. Os recentes intercâmbios comerciais entre ambos têm proporcionado adoções de políticas mais pacíficas e cautelosas. No caso do Japão – que tem se tornado o novo alvo de investimentos das grandes empresas chinesas – os recentes estranhamentos de caráter territorial moldado em torno também de uma “disputa regional” têm criado um ambiente hostil. Essa forma de hostilidade é muito visível diante da defesa dos Estados Unidos no que tange à candidatura do Japão como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, já que a China recusa tal adesão, abordando elementos desfavoráveis e ameaçando até mesmo, utilizar seu poder de veto. Contudo, um possível agravamento nas relações sino – japonesas torna-se cada vez mais distante, na medida em que a interdependência econômica é o pilar de sustentação entre ambos.

O ponto mais notável desta relação da China com os países asiáticos é seu posicionamento estratégico que possibilita um forte intercâmbio comercial em torno de relações multilaterais e, concomitantemente, um papel orientador de cooperação na Ásia Oriental. Diante desta influência, o Império do Meio exerce também um papel mais ativo na região asiática, ocupando até mesmo áreas até então de influência norte – americana.

A estrutura da economia chinesa tem demandado crescentemente a utilização em larga escala de matérias-primas e recursos naturais escassos em solo chinês. Logo, a busca por esses elementos fundamentais no processo produtivo industrial tem crescido significativamente. O preço do barril do petróleo tem subido constantemente no mercado internacional, influenciado – entre outros fatores – pela crescente necessidade chinesa. É importante atentar para esses fatores no que se refere à atual aproximação da China aos países africanos.

Desde o início do século XXI, as relações comerciais entre China e os países africanos vêm assumindo proporções cada vez mais significativas. Somente no primeiro semestre de 2006, o presidente Hu Jintao visitou o Marrocos, a Nigéria e o Quênia. Em todos esses países, assinou acordos que garantirão a seu país acesso a petróleo, gás e minérios. Posteriormente, o primeiro-ministro Wen Jiabao também visitou o Egito, Gana, República do Congo, Angola, Tanzânia, África do Sul e Uganda.

Em janeiro de 2006 foi firmado um documento que determina as políticas chinesas no que tange suas relações com a África, tendo como principal pressuposto reforçar a unidade e a cooperação com esses países em torno de uma diplomacia chinesa moldada em ideais de independência de autonomia e paz. Além das iniciativas marcadamente econômicas, há também a elaboração de projetos de cooperação na área de intercâmbio político, tecnológico, auxílio médico e militar. Inclusive alguns países que destoam daqueles procurados pelas empresas chinesas ávidas por petróleo, possuem interesses em estreitar as relações comerciais com a China, já que esta não interfere nos assuntos internos dos países com os quais mantêm relações econômicas. Por fim, tem sido significativa a participação de empresas públicas e privadas da China em projetos de criação de infra-estrutura em diversos países africanos, financiados por meio de empréstimos chineses.

Também no campo da cooperação social a influência chinesa tem crescido. Em 2002 foi firmado um acordo com alguns países africanos visando a cooperação na área da medicina tradicional – campo em que a China destaca-se, por empregar métodos distintos dos difundidos pela “medicina ocidental”

A América Latina - área de influência incontestada dos EUA por muito tempo - também tem sido alvo de interesses por parte da estratégia elaborada pela diplomacia chinesa. Embora a preponderância norte-americana na região continue forte, não pode mais ser considerada uníssona. A iniciativa chinesa de investimentos na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela tem demonstrado um crescimento acentuado e constante. Sua busca por commodities – como a soja e o ferro brasileiros, amplamente demandados por seu mercado – é contrabalançada por grandes exportações têxteis e de equipamentos eletrônicos para a região.

Contudo, é importante frisar que os interesses chineses na América Latina não se restringem à esfera econômica. A política também tem assumido um papel relevante, na medida em que os países latino-americanos enxergam a China como uma alternativa à “onipresença” norte-americana no sub-continente. Podemos citar como exemplo a recente visita do presidente venezuelano Hugo Chávez à China, oportunidade na qual foram firmadas importantes parcerias tecnológicas no setor petroquímico além da intenção declarada do governo da Venezuela em aumentar consideravelmente suas exportações de petróleo – ora quase totalmente voltadas para os EUA – para a China.

No que tange ao relacionamento entre China e Estados Unidos, a visita do presidente Nixon a China na década de setenta marcou um novo período nas relações entre os EUA e China. No mesmo período, a entrada da China na ONU possibilitou uma nova parceria estratégica e uma relação mais harmoniosa que, porém, enfrentou algumas debilidades anos mais tarde, particularmente em 1995. Os testes de mísseis chineses acima das águas territoriais taiwanesas provocaram uma desconfiança que permaneceu durante anos.

O posicionamento neutro da China com relação à invasão norte – americana no Afeganistão em 2001 favoreceu, anos mais tarde, para a entrada da China na OMC e para novas relações de caráter mais “pacífico” entre ambos. Contudo, uma possível “ameaça chinesa” que venha interferir nos assuntos e interesses norte americanos tem gerado uma série de discussões no interior do governo dos Estados Unidos.

O contato direto da China com os países ocidentais como os Estados Unidos e países da União Européia também têm influenciado para mudanças no posicionamento da política externa chinesa. Neste caso, as influências exógenas também exercem um papel fundamental no direcionamento e na inserção da China como ator atuante no sistema internacional. A entrada da China na OMC teve como impacto direto o ajustamento do sistema interno às normas ocidentais, dentro do âmbito legislativo, que são essenciais para o funcionamento das diretrizes internacionais. Além disso, a China passou a participar cada vez mais das Organizações Internacionais e fortaleceu também seu papel na tomada de decisões no Conselho de Segurança da ONU. Não obstante, o governo chinês ainda participa de organizações de cunho humanitárias, controle de armamentos, combate ao narcotráfico e proteção dos direitos humanos.

A constante presença de caráter político – econômico da China em diversas regiões do globo faz parte da agenda e das estratégias da política externa do país que passou a projetar seu *soft power* nas questões de governança internacional. Simultaneamente a esse processo, unem-se as projeções culturais, que, em meio a globalização e a influência econômica, levam suas peculiaridades aos outros povos do mundo: centros de ensino do mandarim, culinária típica, crenças e ideologias.

Não cabe neste trabalho traçar perspectivas futuras com relação a um possível “imperialismo chinês” ou uma possível queda do império norte – americano. O objetivo anseia apenas demonstrar uma mudança do eixo nas relações internacionais contemporâneas e as definições da política externa que contribuem para um novo cenário mundial, onde o poder dos Estados Unidos passam, paulatinamente, a contrabalançar com o forte crescimento da nova potência asiática.

### **Referências bibliográficas**

- BAIYI, Wu. *The chinese security concept and its historical evolution*. Journal of Contemporary China, 2001, 275 – 283.
- BÉJA, Jean P. *Naissance d’ un national – confucianisme?* Perspectives Chinoises n° 30 Juillet, 1995.
- BREMMER, Ian. *The dragon awakes*. The National Interest. Summer 2005.
- CHRISTENSEN, Thomas. *The contemporary security dilemma*. The Washington Quarterly : Autumn, 2002.
- DENG, Yong and MOORE, Thomas. *China views globalizations: toward a new great-power politics?* The Washington Quarterly : Summer, 2004.
- FENG, Hui. *The politics of china's accession to the world trade organization: the dragon goes global*. London : Routledge, 2006.
- FEWSMITH, Joseph. *Generation transition in China*. The Washington Quarterly : Autumn, 2002.
- GLASER, Bonnie S. *Os temores dos Estados Unidos: o poder da China aumenta rapidamente*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2006, 43-50.
- GILL, Bates. *Discussion of China: a responsible great power*. Journal of Contemporary China. 2001, 27-36.
- GODEMENT François. *Dançando com o gigante: de como a Europa conseguirá dar conta da prosperidade da China*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2006, 19-32.

GONÇALVES, Arnaldo. *The creation of an asian economic zone and the pursuit of national sovereignty*. Macau: The LAWASIA Comparative Constitutional Law Standing Committee, 1996.

ISHIHARA, Shintaro. *Questions about the rising giant*. International Herald Tribune. April 23, 2005.

KEIZER, Arne J. *China. Estratégias para um mercado emergente*. Difusão Cultural, 1994.

MAHBUBANI, Kishore. *The pacific way*. Foreign Affairs 74, no.1, 1995.

MEZZETTI, Fernando. *De Mão a Deng. A Transformação da China*. Brasília : Editora UNB, 2002.

MORTON, W. Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

PEREIRA, Paulo Antônio. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000.

PEREIRA, Paulo Antônio. *Taiwan – um futuro formoso para a ilha?* Ed. UFRGS, 2005.

SUTTER, Robert. *Why does China matter?* The Washington Quarterly : Winter, 2003-04.

SPENCE, Jonathan D. *Em Busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

THE WORLD BANK, *The east asian miracle: economic growth and public policy*. New York: Oxford University Press, 1995.

XINBO, Wu. *Four Contradictions constraining China's foreign policy behavior*. Journal of Contemporary China, 2001, 293-301.

YAHUDA, Michael. *The international politics of the Asia – Pacific*. London : Routledge, 2003.

Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China(  
<http://www.fmprc.gov.cn>).

Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica da China  
(<http://english.mofcom.gov.cn/>)